

# MAGISTRATURA E TRABALHO

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO



OUTUBRO/2020- Nº 114

O novo Corpo Diretivo do TRT-2 na posse: Valdir Florindo (vice-presidente Judicial), Luiz Antonio Moreira Vidigal (presidente), Tânia Bizarro Quirino de Moraes (vice-presidente Administrativa) e Sérgio Pinto Martins (corregedor regional)



## POSSE E DESAFIO IMEDIATO

A RETOMADA DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS NO TRT-2

PÁG. 6



**ASSISTENTE DE  
JUIZ SUBSTITUTO  
VIDIGAL AFIRMA QUE  
ATÉ O FINAL DE MARÇO  
TODOS VÃO RECEBER  
MESMA FC**

PÁG. 5

**NOVAS COLUNAS  
PASSEIO EM  
FAMÍLIA E COZINHA  
EXPERIMENTAL  
FEITAS POR  
ASSOCIADOS**

PÁG. 16



## MAGISTRATURA E TRABALHO

### DIRETORIA EXECUTIVA

#### PRESIDENTE

FREDERICO MONACCI CERUTTI

#### VICE-PRESIDENTE

BRUNO JOSÉ PERUSSO

#### SECRETÁRIA-GERAL

RENATA DE PAULA EDUARDO BENETI

#### DIRETORA FINANCEIRA

CRISTINA OTTONI VALERO

#### DIRETOR CULTURAL

MARCELO AZEVEDO CHAMONE

#### DIRETORA SOCIAL

ANNA CAROLINA MARQUES GONTIJO

#### DIRETOR DE BENEFÍCIOS

DIEGO REIS MASSI

#### DIRETOR DE DIREITOS HUMANOS

ADEMAR SILVA ROSA

#### DIRETOR DE ESPORTES

ALEX ALBERTO HORSCHUTZ RESENDE

#### DIRETOR DE APOSENTADOS

JURACI SILVA

#### DIRETOR DE PRERROGATIVAS

FELIPE MARINHO AMARAL

### COMISSÃO DISCIPLINAR E DE PRERROGATIVAS

#### TITULARES

FELIPE MARINHO AMARAL (DIRETOR)

MARCOS VINÍCIUS COUTINHO

MANOLO DE LAS CUEVAS MUJALLI

#### SUPLENTE

ÁLVARO ALVES NÔGA

ANNA CAROLINA MARQUES GONTIJO

ALEX ALBERTO HORSCHUTZ DE RESENDE

### CONSELHO FISCAL

JULIANA RANZANI

ANTÔNIO PIMENTA GONÇALVES

MARIA APARECIDA NORCE FURTADO

SAMIR SOUBHIA

ADRIANA PRADO LIMA

FARLEY ROBERTO RODRIGUES

DE CARVALHO FERREIRA

### AMATRA-2

AV. MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 235

BLOCO B – 10º ANDAR

BARRA FUNDA – SÃO PAULO – SP

CEP: 01139-001

TELEFONES: (11) 3392-4996,

(11) 3392-4997 – FAX: (11) 3392-4727



### O JORNAL MAGISTRATURA

### E TRABALHO É FEITO PELA

### VARDEL COMUNICAÇÃO

RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 1006 – 9º ANDAR

PERDIZES – SÃO PAULO – SP – CEP: 05013-001

TEL.: (11) 2501-2202

### JORNALISTA RESPONSÁVEL

EDNA DANTAS – MTB 1.259/DF

### PROJETO GRÁFICO

PATRICIA MORANTE

### COLABORARAM NESTA EDIÇÃO:

DESIGNER GRÁFICO: RENATA MIYABE UEDA

REVISÃO: DANIELE ARONQUE

IMAGEM DA CAPA: MONTAGEM COM FOTOS

DE DIVULGAÇÃO DO TRT-2

## COM FOCO NAS SOLUÇÕES



### Caros Associados e Associadas,

Num piscar de olhos nos aproximamos do primeiro semestre de nossa gestão. São quase seis meses de trabalho árduo, intenso e ininterrupto. Já ficou enfadonho repisar as dificuldades impostas pela pandemia, isolamento social e restrições à vida normal. Como nossa gestão tem por objetivo ser propositiva e proativa, preferimos pensar em soluções e não focar nos problemas. Pois bem. Tivemos grandes avanços nesses últimos meses.

Celebramos um acordo com a Administração do TRT-2 para solucionar a questão dos assistentes dos Juizes Substitutos, de forma a preservar os interesses de todos os Magistrados (Substitutos, Titulares e Desembargadores); objetivamos uma decisão favorável no CNJ com relação à conversão de um terço de férias em abono pecuniário, sendo certo que os diálogos com a administração estão avançados para que os efetivos pagamentos sejam viabilizados; e requeremos os pagamentos de valores atinentes à GECJ, também com base em decisão do CNJ.

Nessa linha de atuação em várias frentes, destaco as atividades da Amatra-2 na Comissão de Estudos para o retorno gradual das atividades presenciais no âmbito do TRT2. Sempre colaboramos com os estudos e fizemos a voz de cada Associado ser ouvida. Todo esse esforço, em conjunto com os valorosos membros da comissão, resultou no plano de reabertura gradual com protocolos de saúde muito sólidos e adequados, conforme estudos técnicos. Faço menção específica à proteções de acrílico que eram uma exigência de nossos Associados e, após muito diálogo, serão implantadas pela administração do TRT.

A reabertura gradual não obsta a continuidade dos trabalhos remotos, os quais têm mostrado resultados expressivos e comprovando à sociedade o valor da Justiça do Trabalho, seja no primeiro grau, seja no segundo grau. A Associação tem acompanhado os trabalhos dos Magistrados e, inclusive, fez uso da palavra no Tribunal Pleno para defender questões de interesse geral da Magistratura.

No mais, apesar das dificuldades, a pasta cultural continua a promover eventos on-line com ótima recepção e expectadores, bem como a pasta social vem demonstrando especial atenção para com os Associados.

Por fim, faço menção honrosa aos membros do Corpo Diretivo que encerra seu mandato, parabenizando-os pela gestão num tempo tão difícil. A condução de um dos maiores tribunais deste país se mostrou democrática e eficiente, sempre franqueando a participação de nossa Associação em assuntos delicados. Faço votos de muito sucesso, trabalho, conquistas e progresso ao novo corpo diretivo.

A AMATRA-2 é de todos e para todos. Somos e seremos sempre parceiros fiéis na busca de soluções. Somente o diálogo constrói pontes sólidas para o progresso.

**Frederico Monacci Cerutti**  
Presidente da AMATRA-2

## AOS POUCOS, TRT-2 RETOMA AS ATIVIDADES PRESENCIAIS



FOTO: DIVULGAÇÃO TRT-2

AMATRA-2 participa ativamente da Comissão de Estudos que definiu as regras de retorno e leva as preocupações e sugestões dos Associados ao conhecimento de seus membros

Ao todo, terão sido seis meses e 17 dias sem que o maior Tribunal Regional do Trabalho do país funcionasse normalmente. Atendimento ao jurisdicionado, aos advogados, audiências, maior parte das atividades do dia a dia do TRT-2: de uma hora para outra tudo passou a ser feito virtualmente. Tudo como consequência da epidemia da Covid-19. Nesta segunda-feira, 05 de outubro de 2020, aos poucos o TRT da 2ª Região retoma as atividades presenciais. Mas o calendário desta volta foi motivo de várias discussões. A AMATRA-2, por meio de seu presidente, o Juiz do Trabalho Frederico Monacci Cerutti, fez parte da Comissão de Estudos que definiu datas, critérios e cuida-

dos que devem ser tomados a partir da volta.

A AMATRA-2 insistiu na necessidade de aquisição de proteções de acrílico como medida de segurança para o público interno e externo que circulará pelas dependências da Justiça do Trabalho da 2ª Região a partir desta retomada. Inicialmente, a ideia sugerida por Associados e defendida nas reuniões do Grupo de Estudo por Cerutti não foi acatada. Mesmo assim, com argumentos, a negociação continuou e todas as preocupações dos Juízes e Juízas foram levadas à comissão. A Associação chegou a cotar de forma particular os valores do equipamento para auxiliar no processo.

Dada a relevância do tema, as proteções voltaram a ser pauta do grupo. Os membros foram sensibilizados e passaram a trabalhar com empenho para superar as dificuldades e viabilizar a medida de saúde e segurança de todos os Magistrados, servidores, advogados e partes interessadas. O trabalho da comissão frutificou e culminou com a autorização para dar início a um processo de licitação para compra das proteções de acrílico já autorizada pelo novo presidente do Tribunal, Desembargador Luiz Antonio Moreira Vidigal.

“Muito tem se falado acerca da segunda onda de contaminação pela Covid-19, por este motivo não há como se afirmar que as atividades presenciais sejam definitivas quando o assunto é distanciamento social”, garantiu em entrevista ao *Magistratura e Trabalho* o novo presidente do TRT-2. “De qualquer maneira, o trabalho presencial, quando iniciado, seguirá os estritos termos dos protocolos estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para a flexibilização do isolamento social e as as recomendações exaradas pelas autoridades de saúde pública e sanitária no enfrentamento da Covid-19”, explicou o Desembargador Vidigal (leia a entrevista completa na página 08).

### O CALENDÁRIO DA VOLTA

RETOMADA	FUNCIONAMENTO	ATIVIDADES
<b>FASE 1   05/10</b>	Máximo de 20% da força de trabalho, por um período de quatro horas	Dedicada somente para atividades internas
<b>FASE 2   13/10</b>	Máximo de 20% da força de trabalho, por um período de quatro horas	Além das atividades internas, haverá atendimento ao público externo com hora marcada
<b>FASE 3   19/10</b>	Máximo de 20% da força de trabalho, por um período de quatro horas	Retomada das audiências presenciais



FONTE: SITE DO TRT-2

## O ABONO PECUNIÁRIO DE 1/3 DAS FÉRIAS

Após decisão de Dias Toffoli, a AMATRA-2 requereu à presidência do TRT-2 que assegure o cumprimento da norma que garante a conversão dos dez dias de férias aos Juízes que solicitarem

No dia 08 de setembro, a AMATRA-2 requereu à presidência do TRT-2 que seja assegurada, nos termos da Resolução 293/2019 do Conselho Nacional de Justiça, a reserva para conversão em abono pecuniário de 1/3 de cada período de férias, a partir do primeiro semestre do corrente ano, para os Magistrados que realizarem tal opção.

O expediente da associação foi feito com base em decisão do então presidente do CNJ, ministro Dias Toffoli, que no dia 28 de agosto reconheceu o direito dos Magistrados em resposta à Reclamação para Garantia de Decisões, que os Tribunais Federais e do Trabalho devem cumprir o artigo 2º da referida Resolução. O questionamento ao CNJ foi feito pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) e contou com a participação da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

No requerimento à presidência do TRT-2, a AMATRA também requereu que os Juizes e Juizas que tiveram férias marcadas para setembro, outubro e início de novembro deste ano tenham relativizado o prazo de 60 dias neste momento e, então, possam retificar seus pleitos individualmente.



Em resposta à AMATRA-2, a então presidente do TRT-2, Desembargadora Rilma Hemetério, reconheceu as demandas pelos direitos, mas frisou: "(...) este Tribunal depende da tramitação orçamentária e autorização do CSJT para realização do respectivo pagamento. Assim, determino que se aguarde a decisão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho quanto à adequação e liberação de recursos orçamentários e financeiros para o adimplemento do abono pecuniário."

Ciente da decisão, a AMATRA-2 entrou em contato com a Administração do Tribunal para que seja viabilizado o orçamento para efetivo pagamento dos pedidos de conversão em abono pecuniário.



## ASSISTENTE DE JUIZ SUBSTITUTO: ACORDO FECHADO

Norma estabelece regras e novo presidente do TRT-2 garante que, até o final de março, todos os assistentes vão receber a mesma função comissionada

No dia 08 de agosto foi publicada a norma que oficializa o acordo entre a Administração do TRT-2 e a AMATRA-2 referente à concessão de um assistente aos Juizes Substitutos. No acordo, todos os encaminhamentos da Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 02 de junho para debater o assunto, foram acolhidos. Com a ratificação do acordo, houve a desistência (já homologada) do procedimento no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

### PONTOS ACORDADOS

Entre os pontos acordados estão: será garantida a todos os Juizes Substitutos a concessão de um assistente; em 120 dias será implementada a Função Comissionada 2 (FC) aos assistentes; e no prazo de 18 meses, a Administração do TRT-2 apresentará uma proposta para implementação de FC isonômica para todos os assistentes de Juizes Titulares e Substitutos.

"Este prazo será utilizado pela nova Administração para analisar e eventualmente remanejar as funções comissionadas existentes no TRT-2, a fim de dar cumprimento ao disposto no art. 11 do normativo em questão", afirmou ao Magistratura e Trabalho (ler entrevista completa na página 8) o novo presidente do Tribunal, Desembargador Luiz Antonio Moreira Vidigal. O objetivo, segundo ele, é "ao cabo de 180 dias contados a partir da posse da nova Administração, todos os servidores assistentes de Juizes recebam a mesma função comissionada, sempre levando em conta as normas do CSJT que estiverem em vigor relativamente ao Plano de Reestruturação dos Serviços Judiciários no âmbito deste ramos especializado do judiciário".

As indicações de assistentes deverão ser feitas para a Secretaria de Gestão de Pessoas do TRT-2, no e-mail [sgp@trtsp.jus.br](mailto:sgp@trtsp.jus.br). A AMATRA-2 continuará acompanhando as questões sobre o tema.

## GECJ: ACERVO DE PROCESSOS INCLUI CARTAS PRECATÓRIAS

No dia 01 de outubro, o TRT-2 acolheu requerimento da AMATRA-2, incluindo na apuração do acervo processual de casos novos nas Varas as cartas precatórias recebidas por distribuição. Com o levantamento, os Magistrados em atuação em unidades cujo o acervo processual ultrapasse 1.500 processos novos em cada um dos exercícios, devem receber o pagamento da GECJ retroativo a 2015, data da Resolução CSJT No 155, que instituiu a Gratificação. A partir de agora, a AMATRA-2 vai monitorar os procedimentos de apuração dos acervos.



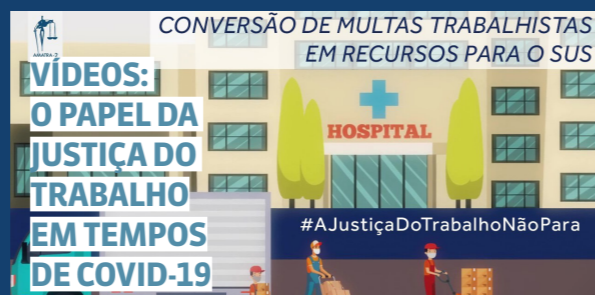
## 12 DE OUTUBRO: FESTA ON-LINE PARA A GAROTADA

Como é tradição todos os anos, a AMATRA-2 realizará no dia 12 de outubro uma festa para comemorar o **Dia das Crianças**. Uma programação incrível e planejada para fazer a alegria da garotada de forma on-line. Teremos recreadores e atividades interativas para animar e deixar meninas e meninos cansados de tanto brincar. As crianças serão divididas em grupos de acordo com a faixa etária e receberão no endereço indicado um kit oficina para ser utilizado durante a festa. Vamos aguardar as fotos enviadas por pais e mães para a galeria de imagens da próxima edição do jornal. Não esqueça de fotografar!

## 18 PALESTRAS ONLINE: TEMAS VARIADOS NA TV AMATRA-2



Entre 17 de março e 02 de outubro, a diretoria Cultural da AMATRA-2 promoveu um total de 18 eventos virtuais transmitidos ao vivo na TV AMATRA-2, canal da associação no Youtube. Sempre mediado por um Juiz ou Juiza, as palestras abordaram desde temas técnicos relacionados ao exercício da atividade jurisdicional até assuntos atuais que refletem na sociedade em geral ou hobbies. Em outubro, as palestras on-line seguem. Inscreva-se no canal e acompanhe a programação pelas nossas redes sociais.



No dia 19 de agosto, a AMATRA-2 lançou o primeiro de três vídeos para as redes sociais mostrando a atuação dos Juizes e Juizas trabalhistas durante a pandemia da Covid-19. A série está disponível nos perfis da AMATRA-2 no YouTube, Instagram, Facebook e Twitter. O mote dos vídeos é mostrar aos cidadãos, trabalhadores e empresas, que podem contar com a Justiça do Trabalho. Como afirma a locutora do vídeo: "Ela não para.". Para assistir, acesse a TV AMATRA-2, no YouTube. CLIQUE AQUI.



## NOVA ADMINISTRAÇÃO TOMA POSSE EM CERIMÔNIA HÍBRIDA

No TRT-2 há 46 anos, Luiz Antonio Moreira Vidigal assume a Presidência da Corte em momento histórico e com o desafio da retomada das atividades presenciais

“Tão certo que a verdade liberta, também o é que o medo escraviza. Viver exige ânimo, e a liberdade requer vigilância. Quanto mais cedo tivermos curiosidade em conhecer e nos adaptar às mudanças, conhecimento para entender e coragem para enfrentar adversidades, tanto mais cedo felizes seremos todos”.

Com esta mensagem inspiradora, o novo presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2), Desembargador Luiz Antonio Moreira Vidigal, encerrou seu discurso de posse em cerimônia realizada no dia 1º de outubro de 2020 no Salão Nobre do Edifício Sede e transmitida simultaneamente pelo canal do Tribunal no Youtube. Um evento híbrido. Presencialmente estavam servi-

dores envolvidos na organização, familiares dos empossados e integrantes do antigo e do novo Corpo Diretivo da Corte. Remotamente, convidados que acompanharam a solenidade on-line – como desde o dia 17 de março têm se realizado as atividades do maior Tribunal Regional do país para evitar o contágio de Magistrados, servidores e jurisdicionados pelo coronavírus. A sessão durou pouco mais de uma hora e meia. Durante a cerimônia, os integrantes empossados na Administração do TRT-2 ficaram sentados fisicamente distantes um do outro, todos usando máscara de proteção.

Moreira Vidigal se emocionou profundamente ao agradecer aos pais pelo apoio e à esposa pelo companheirismo e um casamento feliz. O Desembargador

iniciou sua carreira no TRT-2 em 1974, após fazer concurso para o cargo de oficial de administração. Em 1981, concluiu o curso de Direito na PUC-SP e cinco anos mais tarde foi aprovado para o cargo na Magistratura do Trabalho. “São 46 anos, uma vida inteira dedicada ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região”, enfatizou a Desembargadora Dóris Ribeiro Torres Prina, responsável pelo discurso de boas-vindas ao Corpo Diretivo para o biênio 2020/22.

O novo presidente falou das expectativas a partir de agora: “trabalharemos com ânimo incansável, esforços redobrados com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição, contemplando ações relacionadas à valorização dos Magistrados e servidores,

à humanização das relações de trabalho, à promoção da saúde, ao aprimoramento contínuo das condições gerais de trabalho e à qualidade de seu ambiente.”

Vidigal, que na gestão anterior foi Corregedor Regional, recebeu o cargo da Desembargadora Rilma Aparecida Hemetério, que em discurso exaltou seu sucessor. “É com muito orgulho que transmito o cargo para um dos colegas que participou efetivamente da gestão que agora se encerra e que só acrescentou valor e relevância ao trabalho realizado por nós”, disse. “Vencer o desafio imposto pela pandemia decorrente da Covid-19, de manter as conquistas até aqui obtidas e promover os avanços necessários em sintonia com os novos tempos e com a retomada dos serviços presenciais não é tarefa para uma só pessoa. Juntos, e com certeza sob o comando firme do Desembargador Vidigal, venceremos”.

Ao final, Rilma Hemetério, primeira mulher negra a assumir a presidência de um Tribunal no Brasil, homenageou os afrodescendentes, rendendo-lhes como tributo o trabalho que exerceu à frente do TRT-2. Citou nominalmente a escritora mineira Carolina Maria de Jesus e o jurista Luiz Gama, pioneiros no caminho que percorreram.

Três dias antes da posse da nova Administração, a Desembargadora enviou uma carta de agradecimento ao Presidente da AMATRA-2, Frederico Monacci Cerutti. “Neste momento, presto meus agradecimentos, certa de que as realizações e os resultados dessa gestão somente foram alcançados graças à co-



laboração e ao empenho de todos, em benefício de toda a Justiça do Trabalho”.

Por uma webcam, o ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e atualmente no exercício da presidência do TST, homenageou os empossados: “que Deus nos proteja e nos livre dos processos acelerados de alienação a que assistimos e que, sobretudo, nos permita sermos todos nós vocacionados para essa incessante busca da percepção do outro. Que essa egrégia corte, com esses nobres Magistrados, tenha muito sucesso e que Deus os proteja nesta caminhada que ora se inicia”.

Além do novo presidente, tomaram posse presencialmente a Desembargadora Tânia Bizarro Quirino de Moraes, como vice-presidente Administrativa; o Desembargador Valdir Florindo, vice-presidente Judicial; e o Desembargador Sergio Pin-

to Martins, como corregedor regional.

Em seguida, tomaram posse por teleconferência os Magistrados do Órgão Especial (Desembargadores Rafael Pugliese, Manoel Antonio Ariano, Ricardo Luduvicce, Alvaro Nôga, Orlando Bertão, Susete de Azevedo, Maria José Bighetti Ordoño, Willy Santilli, Celso Ricardo Furtado de Oliveira, Ivete Ribeiro e Maria Isabel Cueva Moraes); a nova ouvidora, Desembargadora Rosana de Almeida Buono; o vice-ouvidor, Desembargador Alvaro Alves Nôga; a nova diretora da Escola Judicial (Ejud-2), Desembargadora Maria José Bighetti Ordoño; o vice-diretor da Ejud-2, Desembargador Willy Santilli; e os Magistrados do Conselho Consultivo da Ejud-2: Desembargadores Lilian Gonçalves e Daniel de Paula Guimarães e Juizes Rodrigo Garcia Schwarz e Thomaz Moreira Werneck.

A íntegra da cerimônia de posse pode ser assistida [aqui](#).



Leia nas páginas a seguir entrevistas com os integrantes da nova Administração do TRT-2

## “NÃO HÁ COMO AFIRMAR QUE AS ATIVIDADES PRESENCIAIS SEJAM DEFINITIVAS QUANDO O ASSUNTO É DISTANCIAMENTO SOCIAL”

O novo Presidente do TRT-2, Desembargador **Luiz Antonio Moreira Vidigal**, assumiu o cargo neste 1º de outubro de 2020 em meio a uma das maiores crises sanitárias no mundo. Seis meses restrito ao atendimento por meio virtual, o Tribunal que ele passou a comandar ensaia o retorno às atividades presenciais cercado de cuidados e de olho nas estatísticas epidemiológicas



**P.** O senhor assume a presidência do TRT-2 em um momento no qual a Covid-19 alterou a rotina do mundo como um todo. Quais suas expectativas diante do chamado “novo normal”?

**R.** Sou ao mesmo tempo realista e otimista com relação ao chamado “novo normal”. É certo que os próximos anos serão marcados por adversidades e desafios não apenas em razão do cenário de múltiplas incertezas oriundas da pandemia da Covid-19, mas também por conta dos sucessivos cortes orçamentários pelos quais a Justiça do Trabalho vem passando. Porém, entendo que é nos momentos de crise que o olhar se aguça para encontrar perspectivas e caminhos diferentes daqueles que vinham sendo trilhados. Via de regra, as crises servem para nos tirar da chamada “zona de conforto” e nos fazer experimentar novas formas de atuação. Este ponto de vista ficou explícito durante o período de distanciamento social: as plataformas de videoconferência foram aperfeiçoadas e adaptadas à nossa

nova realidade e, mesmo com o trabalho feito à distância, o Tribunal continuou a entregar a prestação jurisdicional com qualidade, sendo certo que – sob determinados aspectos – com produtividade até maior do que o trabalho que era prestado presencialmente. Ressalto, ainda, que tudo isso se deve à excelente atuação das administrações anteriores que sempre se preocuparam em manter a estrutura administrativa e tecnológica atualizada, o que permitiu uma adaptação imediata à nova conjuntura que se apresentou a partir de março de 2020. Entretanto, ainda há muito a ser feito para dar continuidade à manutenção dos serviços com a costumeira excelência ante ao que se denomina de “novo normal”. Agora, o desafio é o retorno gradual e seguro às atividades presenciais, primordialmente nos serviços onde a presença física do servidor ou do Magistrado seja absolutamente necessária e, a princípio, por um período de tempo reduzido, respeitando-se sempre os protocolos de segu-

rança sanitária com vistas à preservação da saúde de Juízes, funcionários, terceirizados, advogados e usuários em geral. Convém destacar que aqueles pertencentes ao grupo de risco (ou que cuidem de pessoas que se encontram no grupo de risco) continuarão a desfrutar dos avanços que foram conquistados com a tecnologia e, permanecerão a laborar de maneira remota. Em suma, tenho como expectativa que o aprendizado experimentado durante o período de distanciamento social e da utilização de ferramentas de comunicação à distância seja utilizado para racionalizar os trabalhos, melhorando a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

**P.** O retorno das atividades presenciais no tribunal é algo definitivo?

**R.** Muito tem se falado acerca da segunda onda de contaminação pela Covid-19. Por este motivo, não há como afirmar que as atividades presenciais sejam definitivas quando o assunto é distanciamento social.

Até mesmo países europeus que já tinham retornado às atividades começam a falar em novas restrições. Assim, acredito que até que se encontre uma vacina eficaz, a situação seguirá variando conforme as curvas estatísticas de avanço e recuo da doença no Estado de São Paulo, do monitoramento oficial das condições epidemiológicas e da capacidade de resposta do sistema de saúde. De qualquer maneira, o trabalho presencial, quando iniciado, seguirá os estritos termos dos protocolos estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para a flexibilização do isolamento social, as recomendações exaradas pelas autoridades de saúde pública e sanitária no enfrentamento da Covid-19, as informações técnicas prestadas por órgãos públicos, em especial o Ministério da Saúde, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e a Secretaria Estadual de Saúde e as restrições de atividades de acordo com as fases do Plano São Paulo, instituído pelo governo do Estado de São Paulo, além das orientações e determinações oriundas da CGJT e CNJ. Para o planejamento da retomada ao trabalho presencial foi formada uma Comissão, inclusive com a participação da AMATRA-2 por meio de seu Presidente, que traçou as linhas mestras do que veio a se tornar a Resolução GP/CR 03/2020. Referida Resolução estabelece a forma como se dará a preparação do local de labor para evitar os riscos de contágio e mitigar eventuais recidivas pela Covid-19, com a adaptação do ambiente às características específicas dos trabalhadores. A segurança institucional ficará encarregada de controlar o acesso aos prédios e de fazer a aferição de temperatura das pessoas. Além disso, fiscalizará o uso de máscara facial e de álcool em gel. Faremos a nossa parte para garantir a maior segurança sanitária possível e aguardar a chegada de uma vacina que, aí sim, faça com que nosso retorno seja definitivo.

**P.** Nos últimos dois anos, o senhor foi Corregedor Regional do TRT-2. Qual a sua avaliação do trabalho dos Juízes durante o período de atuação remota?

**R.** A maior parte dos Magistrados e Magistradas do TRT-2, como era de se esperar, continuou cumprindo firmemente suas funções institucionais. No primeiro momento – de 17 de março a início de maio de 2020 – foram priorizadas as execu-

ções e o acervo de processos com sentenças em atraso e, posteriormente, com a implantação da plataforma de videoconferências disponibilizada pelo CNJ, foram realizadas as audiências telepresenciais, de forma a dar continuidade aos serviços que são tão caros à sociedade, neste momento fragilizada pela pandemia da Covid-19. As estatísticas deixam claro o empenho do corpo de Juízes do nosso Tribunal para que o impacto da crise não ferisse ainda mais os cidadãos paulistas.

**P.** O que o senhor pretende fazer para diminuir o acervo do TRT-2?

**R.** Para aumentar a celeridade e com isso diminuir o acervo de passivos existentes em nosso Tribunal pretendo utilizar ainda mais a tecnologia a favor do aperfeiçoamento das funções jurisdicionais. Para tanto será criado um Comitê (composto por Juízes Substitutos, Titulares, Desembargadores e servidores) encarregado – dentre outras atividades – de colocar em prática o laboratório de inovação do TRT-2 e, a partir dele, pensar em novas maneiras de a tecnologia otimizar as tarefas diárias dos Magistrados e servidores com o uso de inteligência artificial, ferramentas de ditado, sistema inteligente de busca jurisprudencial, legislativa e doutrinária. Paralelamente, pretendo fazer gestões administrativas junto ao CSJT com o intuito de viabilizar a reposição dos servidores que se aposentaram ou que se exoneraram e qualificar os servidores ativos para que utilizem a tecnologia com mais eficiência e, deste modo imprimam mais agilidade à efetivação da Justiça. Mencione-se, por fim, que em segundo grau, embora tenha se verificado melho-

ra na produtividade em comparação com anos anteriores, foi possível notar que a contribuição do segundo Juiz convocado ainda não foi suficiente para eliminar o número elevado de recursos distribuídos a cada Desembargador. Por isso entendo que também é necessário aprimorar o sistema de convocação para melhor atender ao crescente volume de trabalho nos órgãos fracionários, especialmente pelo fato de que a redução do acervo de sentenças em atraso em primeiro grau durante o período de distanciamento social resulta em aumento do volume de recursos em tramitação nas turmas e sessões em segundo grau de jurisdição.

**P.** O senhor acredita que a Justiça do Trabalho possa ser extinta?

**R.** Não acredito que isso possa se concretizar por várias razões. Em primeiro lugar, porque a Justiça do Trabalho é uma instituição de excelência para a pacificação social. Retirá-la em momento de crise seria como incitar a população a buscar a solução de seus problemas laborais e sociais com o uso de suas próprias forças, acirrando o conflito ao invés de arrefecê-lo. Não bastasse, para efetuar a propalada extinção, haveria de se fazer uma profunda reforma constitucional por meio de PEC para alterar os artigos 92 e 111 da CF. Frise-se que há décadas a Justiça do Trabalho tem sido extremamente eficiente na arrecadação de valores para a União. Apenas para exemplificar, vale mencionar que dados estatísticos do TST demonstram que no ano de 2019, nossa Justiça Especializada arrecadou cerca de R\$ 4 bilhões aos cofres públicos, entre multas, emolumentos, INSS, imposto de renda e custas.

**P.** Pode haver uma demanda maior à Justiça do Trabalho com o aumento de demissões por causa da pandemia?

**R.** Com a crise econômica, as empresas que não conseguiram ou não tinham como se adaptar à nova realidade acabaram por fechar suas portas e isto ocasionou efetivamente a dispensa de trabalhadores. Muitas delas não tiveram condições de honrar com os pagamentos de salários e verbas rescisórias. Por isso acredito que sim, pode haver o aumento de dispensas do trabalho durante a pandemia e, com isso, o aumento de demandas em tramitação na Justiça do Trabalho. Não obstante o esperado aumento da de-

“(...) Será criado um Comitê encarregado de colocar em prática o laboratório de inovação do TRT-2 e, a partir dele, pensar em novas maneiras de a tecnologia otimizar as tarefas diárias dos Magistrados e servidores com o uso de inteligência artificial...”

# ENTREVISTA ESPECIAL

manda, a meu ver, o CEJUSC será um excelente caminho para a rápida resolução destes feitos, porque realiza uma mediação qualificada. Os servidores e Magistrados que atuam nos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas estão em contínuo aperfeiçoamento por meio de cursos de capacitação obrigatórios ministrados pelas escolas judiciais na área de soluções alternativas de conflitos, o que lhes garante atuação proficiente nas tentativas de conciliação tanto nos dissídios individuais (primeiro e segundo graus) como nos coletivos, o que por si só já acelera a solução dos embates que venham a surgir.

**P. Ano após ano, a Justiça do Trabalho vem sofrendo cortes de orçamento. Existe margem para um investimento que reflita em melhoria para o jurisdicionado?**

**R.** É preciso ter planejamento estratégico para otimizar racionalmente o patrimônio do TRT-2 e eliminar gastos supérfluos. A Direção do TRT-2 terá que usar de criatividade e se desdobrar para encontrar meios de economizar. Para tanto, deverá buscar novos formatos para atingir melhores e maiores resultados com menores empenhos. Pode-se, por exemplo, utilizar melhor os imóveis de propriedade do Regional com o remanejamento de arquivos e depósitos, diminuindo com isso os gastos com aluguéis. É possível, ainda, renegociar os valores das locações nos contratos de aluguéis de imóveis nos quais o tribunal figura como locatário.

Com a pandemia, pelo menos nestes primeiros meses da nossa posse, muitos servidores e Magistrados estarão exercendo trabalho remoto, o que reduz os gastos básicos com água, luz e telefone.

Desta maneira, pode-se utilizar a sobra para a realização de investimentos que reflitam em melhoria da prestação jurisdicional, bem como na compra de equipamentos de proteção coletivos e individuais para a prevenção contra a Covid-19 no retorno ao trabalho presencial.

**P. Qual a prioridade de sua gestão?**

**R.** Não é possível falar em uma prioridade, porque são inúmeras as matérias que devem ser analisadas: senão, vejamos:

**a-** Para que nosso tribunal fique em consonância com a nova legislação

de tratamento de dados pessoais (Lei 13.709/2018), que entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020, e para que se aperfeiçoe ainda mais na utilização da tecnologia da informação e comunicação a serviço da atividade-fim da justiça, a nova administração criará um comitê encarregado de pensar em novas maneiras de a informática ser colocada a serviço da excelência e da celeridade na prestação jurisdicional, inclusive, como já mencionei, com a criação de um laboratório de inovação com vistas ao desenvolvimento de ferramentas de inteligência artificial pensadas para as especificidades do Tribunal de São Paulo.

**b-** Sistemas como o PROAD, E-Gestão, entre outros, otimizaram as tarefas e provocaram inevitáveis mudanças na estrutura administrativa possibilitando uma

**“Com o fito de - ao cabo de 180 dias contados da nova administração - todos os servidores assistentes de Juízes recebam a mesma função comissionada, sempre levando em conta as normas do CSJT”**

melhor distribuição da força de trabalho de nossos servidores, que devem ser reorganizados, treinados e capacitados para o aperfeiçoamento de competências individuais e para se tornarem gestores e líderes, sempre com vistas à priorização da atividade-fim do nosso Tribunal.

**c-** Além disso, temas ligados aos direitos fundamentais e meio ambiente, tais como acessibilidade, diversidade e inclusão, sustentabilidade, combate ao trabalho análogo ao de escravo, combate ao trabalho infantil e estímulo à aprendizagem aos adolescentes a partir de 14 anos, programa de trabalho seguro, dentre outros, continuarão a ser objeto de atenção e atuação do TRT-2.

**P. Como deve ser o relacionamento da nova gestão com a AMATRA-2?**

**R.** O relacionamento do corpo diretivo do TRT-2 com a AMATRA-2 deve ser acima de tudo respeitoso. Pretendo cons-

truir um modelo de gestão participativo e com amplo diálogo, não apenas com a AMATRA-2, mas também com as entidades que atuam de forma significativa no âmbito da Justiça do Trabalho, como os representantes da classe dos Advogados, dos membros do Ministério Público do Trabalho e das associações que representam os servidores do nosso Regional.

**P. Um acordo entre o Tribunal e a AMATRA-2 garantiu aos Juízes Substitutos a concessão de um assistente. Como isso será colocado em prática?**

**R.** No dia 17 de agosto de 2020 foi publicado o Ato GP/CR nº 04/2020 que já concretizou boa parte do que foi avençado entre a AMATRA-2 e o TRT-2. Por meio do referido normativo ficou assegurado a todo Juiz do Trabalho Substituto a vinculação de servidor que indicar para lhe prestar assistência nas rotinas afetas à atividade judicante, conforme plano de trabalho definido pelo próprio Magistrado. Também foi criado o Núcleo de Apoio Judiciário ao Juiz do Trabalho Substituto, subordinado à Secretaria de Gestão de Pessoas, que terá por finalidade o suporte à atividade judicante de 1º grau.

A citada norma criou critérios racionais para remanejamento do servidor do local onde estava lotado para atuar como assistente do Juiz Substituto de maneira a abalar o mínimo possível a estrutura das Unidades Judiciárias cedentes.

Vários Magistrados Substitutos já puderam exercer o direito de nomear o respectivo servidor assistente. O Ato GP/CR 04/2020, assegura – ainda – a designação de função comissionada FC2 a todos os servidores auxiliares indicados pelos Juízes do Trabalho Substitutos, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados a partir de sua publicação. Este prazo será utilizado pela nova administração para analisar e eventualmente remanejar as funções comissionadas existentes no TRT-2, a fim de dar cumprimento ao disposto no art. 11 do normativo em questão, com o fito de – ao cabo de 180 dias contados a partir da posse da nova administração – todos os servidores assistentes de Juízes recebam a mesma função comissionada, sempre levando em conta as normas do CSJT que estiverem em vigor relativamente ao Plano de Reestruturação dos Serviços Judiciários no âmbito deste ramos especializado do judiciário.

# “A NOSSA CONSTITUIÇÃO, QUE NÃO ESTÁ EM LOCKDOWN, NÃO FOI OBSERVADA”

Vice-Presidente Judicial do TRT-2 para o biênio 2020-22, o Desembargador **Valdir Florindo** afirma que a ausência dos sindicatos nos acordos para redução de jornada, previsto na MP 936, levou a um desequilíbrio na relação entre empresas e empregados e isso deve refletir na busca pela Justiça do Trabalho



**P.** Como Vice-Presidente Judicial, que aspecto do seu trabalho deve ser mais impactado no retorno do Tribunal após a quarentena?

**R.** A Vice-Presidência Judicial não parou desde o início da pandemia em nosso país, aliás foi solicitada com muita frequência neste trágico momento que vivemos. Na verdade, a Vice-Presidência Judicial possui uma série de secretarias que prestam um relevante serviço na administração do Tribunal. Destaco a necessidade de colaborar sempre que solicitado com as demais pastas da Administração em tudo que contribua harmonicamente em nome da gestão do nosso Tribunal. O volume de ações individuais distribuídas começa a aumentar significativamente e desaguam também nesta Vice-Presidência, não obstante as inúmeras e diferentes questões coletivas que demandam sua participação.

**P.** O senhor acredita que os acordos de redução de jornada e de salário vão gerar mais processos trabalhistas?

**R.** Seguramente, e essa questão já está chegando na Justiça do Trabalho. Tão logo a situação sanitária se normalize, e espero que ocorra logo, as pessoas decerto buscarão orientações e os descaminhos observados neste cenário serão conhecidos e submetidos à justiça. A notória ausência sindical nesse cenário de acordos para redução de jornada, criado originalmente na MP 936, levou a um sério desequilíbrio nessa relação, resultando em inúmeros problemas que

seriam seguramente evitados com a participação sindical. A nossa Constituição Federal, que não está em lockdown, não foi observada, posto que permanece com seus princípios em plena vigência.

**P.** Alguns pontos da legislação trabalhista recente ainda dependem de decisão do STF. Qual o mais importante?

**R.** São muitos os pontos que clamam pelo exame definitivo do STF. Todos têm sua importância e convergem para o conjunto harmônico do sistema jurídico laboral, abarcando as particularidades das relações de trabalho em nosso país. Isso tem gerado muita insegurança, e penso que o TST deveria sim ser a corte a decidir em última instância sobre questões laborais. Mas nossa Constituição Federal ainda estabelece o caminho para o STF, das inúmeras Ações Diretas de Inconstitucionalidade e Declaratórias de Constitucionalidade. A demora também tem sido um componente de insegurança jurídica. O famigerado limite legal imposto para pagamento de indenizações por reparação por dano moral é algo que preocupa, e mais, contraria a nossa própria Constituição, que adotou um sistema aberto de reparação de dano e que o próprio STF já se debruçou no passado para expurgar do sistema jurídico uma lei infraconstitucional que tristemente dispunha nesse sentido, de maneira a revelar um descaminho desta técnica de legislar, preocupando sobremaneira as relações jurídicas. A reconstrução dessa questão está posta junto ao STF e espero que seja apreciada com a maior brevidade.

**P.** Como pretende atuar para reduzir o acervo dos maiores litigantes da JT?

**R.** Os maiores litigantes da Justiça do Trabalho são de conhecimento público e figuram nos polos ativos ou passivos da relação processual. Essa é uma preocupação presente no CNJ e CSJT, através das Metas 7 e 10, respectivamente, para o exercício de 2019. Pretendo atuar em sintonia com os setores do Tribunal promovendo a conciliação trabalhista como objetivo estratégico para reduzir o acervo das questões já direcionadas.

**P.** A independência judicial é um dos pilares da democracia. O senhor tem visto alguma ameaça a este princípio?

**R.** A independência judicial é seguramente uma condição de cidadania, e isso é muito importante para todos que precisam de um Poder Judiciário como salvaguarda último da sociedade, especialmente no regime democrático que vivemos. Um Juiz no exercício pleno de seu cargo e com a independência que lhe é assegurada constitucionalmente, presta um serviço público de extrema relevância, protegendo bens e direitos para um convívio social mais harmônico. A independência judicial neste regime de democracia que vivemos em nosso país revela que sempre podemos confiar em uma justiça séria e comprometida com a observância legal. Francamente, penso que desrespeitar essa autonomia judicial é enfraquecer uma garantia da própria sociedade.



## “COMO MAGISTRADA SEMPRE PRECONIZEI O RESPEITO À DIGNIDADE HUMANA”

Com essa mesma premissa, a nova Vice-Presidente do TRT-2, Desembargadora **Tânia Bizarro Quirino de Moraes**, pretende encarar o desafio do retorno do TRT-2 às atividades presenciais



**P.** Sendo Vice-Presidente Administrativa do TRT-2, como encara o desafio do retorno das atividades presenciais?

**R.** Tenho consciência de que deverei ser coautora dessa missão de administrar nosso Tribunal de forma harmoniosa e, sobretudo, humana. Aprendi, com meu querido mestre, Professor Antonio Ferreira CESARINO JR., há mais de quarenta anos, que o DIREITO só tem razão de ser se estiver a serviço do ENGRANDECIMENTO DO SER HUMANO e da JUSTIÇA SOCIAL. Acrescentei aos meus ideais o pensamento de KANT, em Fundamentação da Metafísica de Costumes: “No reino dos fins, tudo tem um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem um preço, pode pôr-se, em vez dela, qualquer outra coisa como equivalente; mas quando uma coisa está acima de todo o preço e, portanto, não permite equivalente, então ela tem dignidade.” Como Magistrada, sempre preconizei o respeito à DIGNIDADE HUMANA e, com esses ideais, iniciei minha vida na Magistratura, conceitos que me norteiam até hoje. Podemos afirmar que o termo dignidade humana traduz o reconhecimento de um valor. Trata-se de um princípio moral, que encontra fundamento na finalidade do ser humano e não na sua utilização como um meio. Vale dizer que a dignidade humana está estribada na própria natureza da espécie e, nessa medida, diz respeito às manifestações de racionalidade, de liberdade e de finalidade em si, características que fazem do ser humano um ente especial, sempre em desenvolvimento, sempre à procura da sua própria realização. Com relação ao retorno das atividades presenciais, minha premissa continuará sendo o respeito à dignidade humana, tanto no que tange aos servidores e

Magistrados, como no que concerne aos jurisdicionados. O retorno deve ser pensado com estribo nessas duas balizas.

**P.** Neste retorno, qual a senhora identifica que será o aspecto mais difícil?

**R.** Sem dúvida, o aspecto mais complexo será o retorno das audiências presenciais. Faremos o esforço difícil e muitas vezes incômodo de pensar este momento novo com visão crítica, para poder responder à expectativa dos Magistrados e jurisdicionados de que estamos preparados para encontrar soluções para este momento da evolução histórica e social da nossa Justiça do Trabalho.

**P.** Como a Justiça do Trabalho funciona com um orçamento cada vez menor?

**R.** Importa, como nunca, lançar mão da CRIATIVIDADE. O orçamento traduz uma previsão de arrecadação e definição dos gastos que ocorrerão no exercício financeiro subsequente. Mas, é evidente que seu cumprimento não tem como se realizar de modo absolutamente fiel. Várias alterações nos fatos econômicos e sociais, nem sempre previsíveis e mensuráveis, exigem mecanismos que permitam ajustes ao longo da execução. Portanto, vamos fazer todo o esforço de interpretação possível, para usar de maneira mais razoável e eficaz o remanejamento de valores entre as rubricas do orçamento, com responsabilidade e sem desbordar dos limites que a lei impõe.

**P.** Qual será a sua prioridade neste biênio na Vice-Presidência do TRT-2?

**R.** Sei das batalhas que terei de travar para alcançar as metas que define desde o momento em que decidi concorrer ao cargo. Observo a realidade atual e

me assalta enorme inquietação quando constato que o momento histórico reclama atitude e mudanças. Deverei cuidar de realizar não uma operação de simples conhecimento dos fatos, mas uma tarefa valorativa e criadora. Os tempos atuais trazem uma situação histórica peculiar. Primeiramente, todos nós precisamos, com urgência, discutir e pensar a ética como base da conduta social e praticá-la. Para usar uma expressão em voga, me convenci de que não basta ser Juiz, é preciso participar. E a verdadeira participação, como ensinam os grandes filósofos, consiste em apropriar-se da realidade do momento histórico. Temos que reconquistar a vez e a voz, mantendo a Magistratura do Trabalho em pé, embora muitos insistam em colocá-la de joelhos. Só assim, construiremos NOVOS TEMPOS, especialmente para a JUSTIÇA DO TRABALHO, esta JUSTIÇA tão indispensável, tão operosa, tão eficiente e que tem sido tão injustamente criticada. Sei que somente com voz firme e forte, com independência, com conduta ética exemplar, unidos e coesos, haveremos de colaborar decisivamente, para que o TRT da 2ª REGIÃO cumpra o destino que merece no cenário nacional.

**P.** A senhora pretende ampliar o contato da Vice-Presidência Administrativa com a diretoria da AMATRA-2?

**R.** Não consigo avaliar, porque não conheço a intensidade do atual contato, se o caso será de aumentar. Mas, obviamente, pretendemos respeitar toda e qualquer atuação da nossa entidade associativa, praticada nos limites da sua finalidade estatutária, sempre com observância da Ética e da Etiqueta (considerada a “Pequena Ética”).

# “MEU OBJETIVO É ESTABELEECER PONTES COM O PRIMEIRO GRAU, NÃO MUROS”

Corregedor Regional do TRT-2 para o biênio 2020-22, o Desembargador **Sergio Pinto Martins** diz que, em se tratando de aprazamento de audiências em razão das restrições impostas pela pandemia da Covid-19, será necessário verificar cada caso e que audiências presenciais devem começar a ser feitas dentro das possibilidades técnicas e da observância dos protocolos de saúde. “O Juiz tem sensibilidade para analisar cada caso”, afirma



**P.** O que Juízes e servidores podem esperar da sua gestão à frente da Corregedoria Regional do TRT-2?

**R.** A continuidade do trabalho que vem sendo feito na Corregedoria. Pretendo, num primeiro momento conversar bastante. Como disse anteriormente, meu objetivo é estabelecer pontes com o primeiro grau, não muros.

**P.** Como o senhor pretende realizar a cobrança no aprazamento de audiências considerando as restrições impostas pela pandemia?

**R.** Há necessidade de se verificar cada caso e as necessidades de cada um, mas sempre procurar respeitar os protocolos de saúde que são indicados e que o TRT vai observar.

**P.** Magistrados têm sido muito cobrados em cumprir um índice de produtividade. Na sua opinião, definir metas não pode automatizar a análise dos casos e, conseqüentemente, comprometer a independência judicial?

**R.** As metas são cobradas pelo Conselho Nacional de Justiça. Na Justiça do Trabalho, há muita matéria de fato. Não penso que haverá automa-

tização de análise de caso. A máquina não substitui o Juiz.

**P.** Qual a perspectiva para normalização do aprazamento médio das audiências? Haverá prioridades?

**R.** As audiências presenciais têm de começar a ser feitas dentro das possibilidades técnicas e da observância dos protocolos de saúde. Marcar audiências pela manhã numa Vara e à tarde em outra. Deve ser observada também a condição de cada prédio. Eu daria prioridade por questão de idade, em relação a verbas rescisórias, de empresas falidas, em recuperação judicial, a processos mais fáceis, que não demandam muitas pessoas, etc. O Juiz tem sensibilidade para analisar cada caso.

**P.** O senhor acredita que a experiência com trabalho remoto durante a quarentena pode ampliar o uso desta forma de trabalho por servidores e Magistrados?

**R.** As sessões virtuais funcionam muito bem no TRT. O TST se utiliza das sessões virtuais já faz tempo. A audiência virtual pode ser um bom mecanismo.

**P.** O sistema informatizado do TRT-2 passou por um teste inesperado durante a pandemia. O senhor vê em que pontos ele pode melhorar para facilitar o trabalho de Juízes e servidores?

**R.** Passou pelo teste. Foi implantado e está funcionando bem. É preciso melhorar no sentido de evitar a queda do sistema quando estão sendo feitas sustentações, tomados depoimentos, quando há muitas pessoas na sala.

**P.** Qual será o critério utilizado a partir de agora na realização das correições?

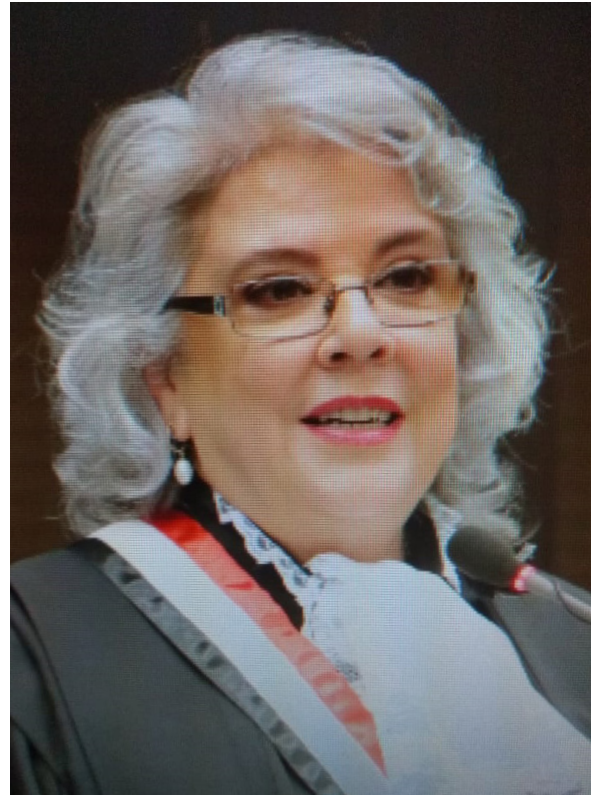
**R.** A princípio, continuar com a correição telepresencial. Mas quando for necessário, fazer a correição presencial, de acordo com os protocolos de saúde. A corregedoria do TST tem entendido que a correição deve ser presencial.

**P.** O que o senhor espera da Amatra-2 como entidade que pode intermediar as demandas de Juízes e Juízas com a Corregedoria Regional?

**R.** Penso ser positiva a intermediação, pois pode proporcionar que as questões sejam resolvidas, sem necessidade de outros procedimentos.

## A EXPERIÊNCIA DE EVENTOS VIRTUAIS “SERÁ PRECIOSA PARA O PRÓXIMO BIÊNIO”

Nova Diretora da EJUD-2, a Desembargadora **Maria José Bighetti Ordoño** pretende aumentar a oferta de atividades de Ensino à Distância (EAD) e revela que, neste período de trabalho remoto, ocorreu um crescimento significativo no número de Magistrados e servidores que participaram de cursos e palestras online promovidos pela Escola



**P.** A EJUD-2 já tem um plano para retomada de cursos presenciais?

**R.** Os eventos e cursos presenciais na EJUD-2 serão retomados assim que o risco de contágio da Covid-19 for minimizado ou erradicado com o advento de uma vacina eficaz. Estamos atentos às diretrizes estabelecidas pela Administração do Tribunal e ao plano de abertura gradativa que está sendo proposto. A biblioteca já reinicia suas atividades para o público interno já no dia 05 de outubro.

**P.** No período de quarentena, a Escola conseguiu realizar vários eventos virtuais. Que aprendizado a instituição leva desta experiência?

**R.** Os eventos virtuais alcançaram um número muito mais significativo de Magistrados e servidores do que aqueles realizados presencialmente. Creio que isso ocorreu por duas razões: facilidade de acesso para todos aqueles que estão lotados fora da sede e, estando todos em sistema de home office, houve organização do tempo com reserva de horas para o aprimoramento pessoal. Como Conselheira no biênio 2018/2020, pude constatar que houve um aumento expressivo no número de participantes em relação ao que tínhamos de forma presencial, quebradas as

barreiras de tempo e localização dos cursos ante a abrangência da comunidade do TRT. Essa é a experiência que fica e que será preciosa para o próximo biênio.

**P.** Como a parceria entre AMATRA-2 e EJUD-2 pode ser ampliada?

**R.** Entendo ser indispensável a colaboração mútua, principalmente na organização prévia de pautas para evitar a multiplicidade de palestras sobre os mesmos temas e, desta forma, atingir uma gama mais variada com o máximo de economia de recursos. O diálogo constante e o planejamento conjunto podem resultar em maior eficiência para se alcançar objetivos ligados ao aperfeiçoamento dos Magistrados.

**P.** Qual será a prioridade da senhora à frente da Escola?

**R.** A EJUD-2 deve ofertar aprimoramento jurídico e cultural de excelência, sem descuidar do aperfeiçoamento pragmático, instrumental e técnico. A EJUD, além de facilitar a disseminação de conhecimento, mantendo uma pauta específica de temas atuais para Magistrados e funcionários que atuam na área jurídica, em gabinetes e varas, manterá cursos voltados para capacitar nossos Magistrados e servi-

dores em habilidades específicas como, por exemplo, o perfeito manejo de plataformas como o PJE, pesquisa patrimonial avançada, entre inúmeras outras.

**P.** A pandemia deu visibilidade à importância da tecnologia no ensino à distância. A EJUD-2 pretende ampliar esta modalidade na formação de Magistrados e servidores?

**R.** O ensino à distância surgiu em nosso país com os cursos de qualificação profissional por correspondência em 1904. Hoje, a tecnologia avançou a ponto de termos o professor, o palestrante internacional, na tela do nosso computador, no momento em que estivermos mais disponíveis entre nossos inúmeros afazeres. A EJUD-2 tem uma equipe de EAD de excelência e pretendemos aumentar a oferta nesta modalidade. Entretanto, o contato direto e o desenvolvimento de atividades sob o olhar atento do professor ou tutor é indispensável e salutar em determinados casos. Os encontros e as trocas de experiências em eventos que costumeiramente realizamos não podem ser substituídos pela atividade puramente virtual. As duas opções são interessantes e vão ocorrer da forma mais adequada para cada situação.

# DICAS DE CULTURA POR

## JULIANA PIMENTEL

JUÍZA DO TRABALHO DO TRT-2

\*Em toda edição, um novo convidado escreve para a coluna



### THIS IS US

Prepare seus lencinhos para assistir *This is Us*. A premiada série americana conta a história familiar de três crianças que nasceram no mesmo dia, mas que são completamente diferentes. A trama intercala a infância e a vida adulta dos personagens principais Kevin, Kate e Randall marcadas por grandes tragédias familiares. E, de forma profunda, a série aborda temas cotidianos como drogas, obesidade, racismo, preconceitos e alcoolismo. Os conflitos narrados ao longo da série nos fazem refletir sobre a forma como criamos nossos filhos. Por esta razão, a cada capítulo ficamos mais envolvidos com a família Pearson. **Onde assistir:** Fox Premium/Now e Prime Video.



### MINHA HISTÓRIA, DE MICHELLE OBAMA

Autobiografia de Michelle Obama, o livro começa narrando sua infância simples vivida no South Side de Chicago e prossegue contando os valores aprendidos com seus pais, principalmente, a determinação. Michelle narra que seu pai, mesmo estando muito doente (possuía esclerose múltipla), nunca faltou ao trabalho. Mais adiante revela as dúvidas de uma mulher madura que possui um ótimo emprego como advogada, mas que não é realizada profissionalmente. Nesta época, conhece Barack Obama e sua vida toma um novo rumo. Michelle conta com detalhes como foi a corrida presidencial e os desafios enfrentados. Parte extremamente interessante é sua narrativa sobre viver na Casa Branca com duas crianças pequenas. O livro de Michelle certamente vai te inspirar.



### HOW I MET YOUR MOTHER

Procurando uma série leve e divertida? Então a dica é *How I Met Your Mother*. Trata-se de uma comédia romântica na qual Ted Mosby conta aos seus filhos como conheceu a mãe deles. Na trama, Ted relembra as hilárias histórias vividas com seus melhores amigos em Nova Iorque em busca da mulher de seus sonhos. Tudo começa quando seu melhor amigo, Marshall, decide ficar noivo de Lili. Após constatar que não quer viver sozinho, com a ajuda do excêntrico Barney, Ted busca seu grande amor. E, logo na primeira temporada, ele conhece Robin, uma linda mulher por quem se apaixona profundamente. No entanto, apesar de parecer que Robin é a mãe de seus filhos, a série te surpreenderá. Bom, vou parar por aqui para não dar spoiler. **Onde assistir:** canal Sony e Prime Video.



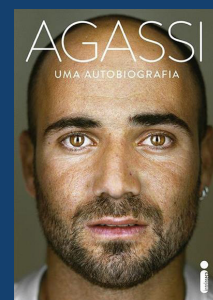
### BEN CARSON: MÃOS TALENTOSAS

*Mãos Talentosas* é um filme inspirador baseado na história real do famoso neurocirurgião infantil Ben Carson, atual secretário de Habitação do governo americano. O filme inicia mostrando a história de um menino pobre que tinha dificuldades na escola. Emociona mostrando como o estudo e o encorajamento de sua mãe foram determinantes para seu sucesso profissional. É um filme comovente para assistir em família. **Onde assistir:** Netflix.



### AGASSI - UMA AUTOBIOGRAFIA

Andre Agassi é considerado um dos melhores tenistas de todos os tempos. No entanto, sua vida não foi nada fácil. Obrigado a jogar tênis por seu pai desde muito pequeno, o tenista revela, logo no início de sua autobiografia, que sempre odiou o esporte. O livro narra a resiliência e persistência do autor para superar os obstáculos por ele enfrentados em sua vida dentro e fora das quadras. A história é incrementada com pitadas de romances com Brooke Shields e Stefanie Graf. Andre conta também que, apesar de não ter estudado muito, acredita no valor da educação. Por essa razão criou a fundação Andre Agassi, que oferece educação de alta qualidade para crianças em Las Vegas. Enfim, trata-se de uma verdadeira lição de sucesso, superação e determinação.



# PASSEIO EM FAMÍLIA



SUGESTÕES DA JUÍZA DO TRABALHO ANA LÍVIA M. DE MOURA  
LEITE COM SEUS FILHOS, JOSÉ GUILHERME E JOÃO GABRIEL

*\*Em toda edição, um novo convidado escreve para a coluna*

## MUSEU DE ZOOLOGIA DA USP

O compacto museu de história natural, próximo ao Museu do Ipiranga, abriga um dos maiores acervos de zoologia da América Latina. Animais empalhados, insetos, espécies em extinção e até mesmo um enorme esqueleto do temido **tiranossauro rex** são apenas parte do que encontramos no local. A entrada é gratuita mas, infelizmente, o museu ainda não tem previsão de reabertura em razão da pandemia. Enquanto isso, podemos desfrutar da visita virtual acessível pelo site **MZ.USP.BR**. **Vale a visita!**

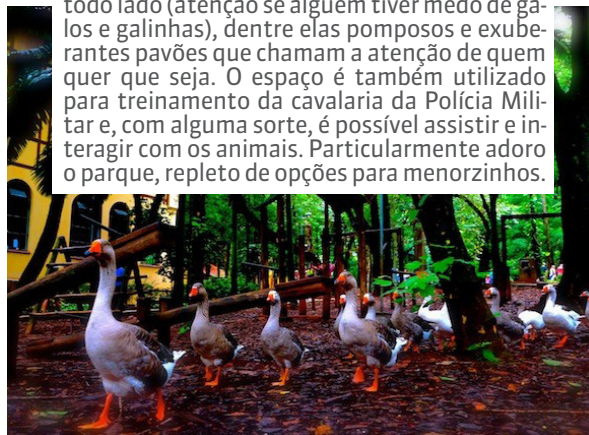


## INSTITUTO GUSTAVO ROSA

Situado no Jardim América, o instituto foi criado em 2014 para perpetuar a obra do desenhista, pintor, escultor e designer Gustavo Rosa. No local, que funcionou como residência do artista nos últimos nove anos de sua vida, é possível visitar seu atelier e ver parte de sua criação. As esculturas e quadros coloridos e divertidos prendem a atenção das crianças e há atividades simples espalhadas para elas pelo local. Periodicamente, o instituto promove oficinas para o público infantil. Ótimo local para inserir os pequenos na arte de forma lúdica e alegre. Saiba mais: **WWW.GUSTAVOROSA.ORG.BR**

## PARQUE DA ÁGUA BRANCA

O Parque da Água Branca conta com diversas atividades para as crianças. Além do procurado parquinho, o pequeno museu de zoologia, o aquário e o tradicional trenzinho são opções para quem quer diversificar. Há aves soltas por todo lado (atenção se alguém tiver medo de galos e galinhas), dentre elas pomposos e exuberantes pavões que chamam a atenção de quem quer que seja. O espaço é também utilizado para treinamento da cavalaria da Polícia Militar e, com alguma sorte, é possível assistir e interagir com os animais. Particularmente adoro o parque, repleto de opções para menorzinhos.



## FAZENDINHA ESTAÇÃO NATUREZA

Se a ideia é inserir nossos pequenos urbaninhos no meio rural sem muito esforço, a Fazendinha é o lugar ideal. Localizada dentro de São Paulo, perto do aeroporto de Congonhas, permite que as crianças realizem atividades como passear de charrete, tirar leite da vaca, dar banho nos porcos, alimentar animais e torcer em uma disputada corrida de tartarugas. A visitação já foi reaberta mediante agendamento e é possível conferir todas as regras no site **WWW.ESTACAONATUREZA.COM.BR**



## PRAÇA HORÁCIO SABINO

Localizada em Pinheiros, essa praça é um local bastante agradável para passear com a família. Muito bem cuidada pela Associação de Moradores local, é limpa e segura, conta com dois parquinhos divididos por faixa etária, ambiente separado para animais, além de espaço para que os pequenos se divirtam em seus patinetes, skates e bicicletas. Uma atração à parte é a árvore caída e situada no centro, que serve como verdadeiro espaço de aventuras. Quem mora na região não vai se arrepender de desfrutar ótimos momentos no local.

# COZINHA EXPERIMENTAL



## EDUARDO JOSÉ MATIOTA

JUIZ DO TRABALHO DO TRT -2

\*Em toda edição, um novo convidado escreve para a coluna

Minha mãe sempre me ensinou a enxergar o lado bom de toda situação, por mais difícil que ela possa parecer. Então, por que não aproveitar esse tempo de pandemia, em que as atividades sociais estão restritas, para aprender a cozinhar? Como sempre gostei de me aventurar na cozinha tenho desfrutado esse tempo extra em casa para buscar novos desafios culinários e, quem sabe, tentar reproduzir receitas novas.

### ENTRE MASSAS E MOLHOS

Atualmente estou acompanhando o curso “Mestre em Massas e Molhos” 100% on-line ministrado por Manu Ultramari, chefe de cozinha internacional, embaixadora do vinho no Brasil e jurada gastronômica da revista Veja Comer e Beber. No curso, o aluno pode ter contato com vários tipos de massas e molhos super saborosos. Recomendadíssimo. Mais informações podem ser encontradas no Instagram @manueltramari e no site [www.manuoltramari.com.br](http://www.manuoltramari.com.br).



### RECEITA

#### HAMBÚRGUER AO GOSTO DO FREGUÊS

Aposte nessa receita de hambúrguer, o qual pode ser preparado na frigideira ou churrasqueira. Existem vários tipos de blends para preparar o hambúrguer de sua preferência, sempre buscando o equilíbrio entre gordura e sabor. Neste caso, escolhi uma mistura que costumo fazer em minha churrasqueira com aprovação de toda família.

#### INGREDIENTES:

RENDIMENTO: APROXIMADAMENTE  
25 HAMBÚRGUERES DE 180 GRAMAS.

2 kg de costela limpa sem gordura  
2 kg de acém  
500gr de gordura de costela gaúcha

#### MODO DE PREPARO:

Peça ao açougueiro para moer cada um dos ingredientes por uma ou duas vezes, de acordo com sua preferência. Acondicione a carne na geladeira por aproximadamente uma hora. Em um recipiente grande, misture todos os ingredientes com as mãos, até formar uma mistura homogênea. Separar porções de 180 gramas e moldá-las no formato de hambúrguer – usando um molde ou as próprias mãos. Após esta etapa é só colocá-lo na frigideira bem quente ou na churrasqueira e aproveitar com a família.

**DICA 1:** a carne precisa estar gelada para firmar a modelagem.

**DICA 2:** faça uma pressão adicional no centro do hambúrguer para que na hora do preparo ele não fique com aquele aspecto inchado.

**DICA 3:** tempere somente no momento em que o hambúrguer estiver na grelha ou frigideira. Jogue sal de parrilha ou o tempero de sua preferência.



### COZINHA EQUIPADA

Na hora de colocar o conhecimento em prática, nada melhor do que possuir utensílios corretos e funcionais, o que facilita nosso trabalho e dá aquela ajudinha para melhorar o resultado final. Para quem estiver na Baixada Santista e precisar de produtos de cutelaria, utensílios domésticos, vinhos ou cachaças especiais pode contar com a loja “A Casa do Cozinheiro”, na rua Dr. Epitácio Pessoa, 172, loja 08, Boqueirão – Santos.

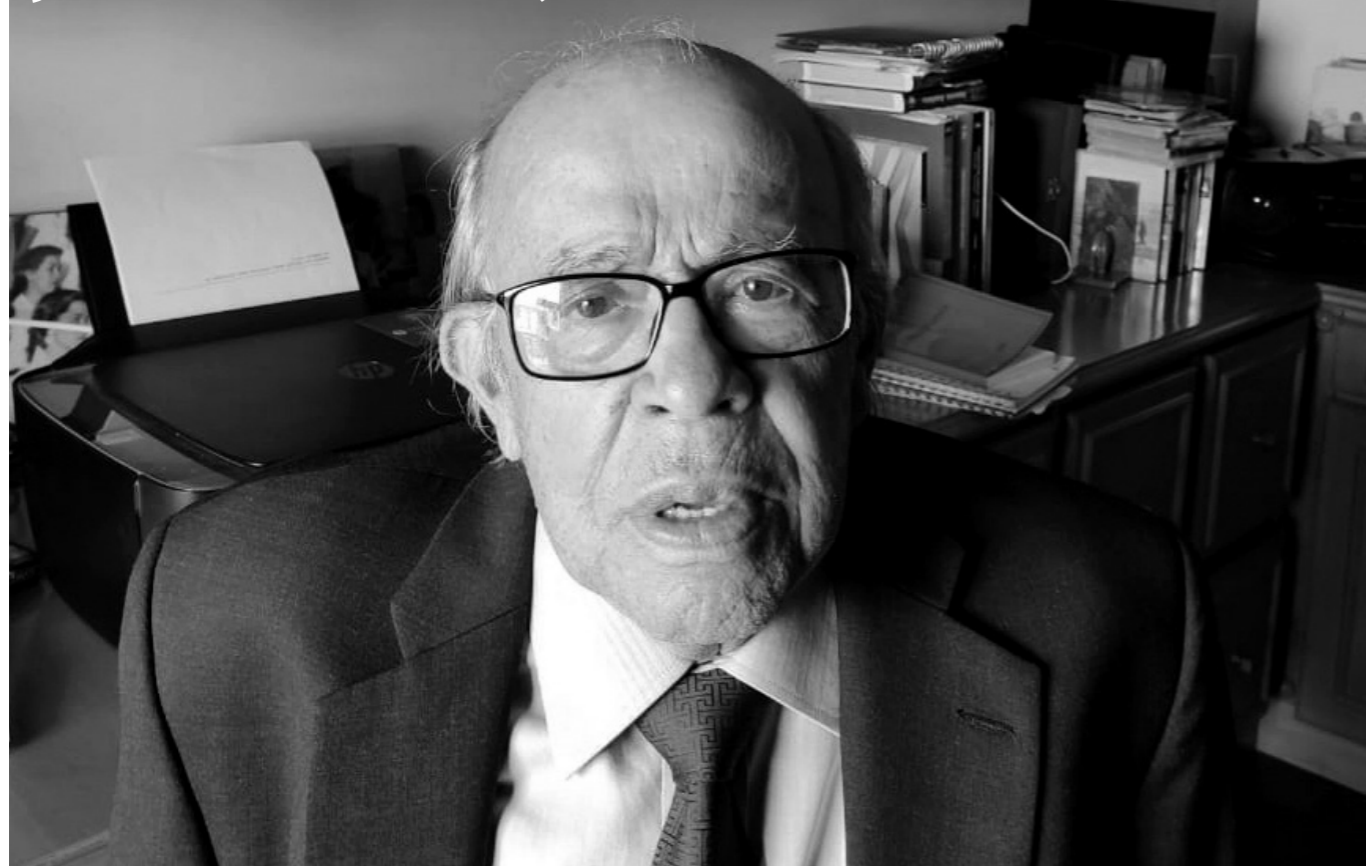
### BOM PRA CHURRASCO

Para quem gosta de churrasco, como é meu caso, indico o Instagram @netao bombeef, o qual também possui um canal no youtube (Netão Bom Beef) com várias dicas sobre churrasco e hambúrguer. Domingos Neto, conhecido como Netão, é proprietário do açougue Bom Beef na cidade de Santos, cujos principais produtos são carnes diferenciadas e cortes especiais para churrasco de altíssima qualidade.



JOSÉ CARLOS DA SILVA AROUCA

“ME MANDARAM PRA CASA SEM JUSTA CAUSA, SEM AVISO-PRÉVIO”



ARQUIVO PESSOAL

O Desembargador aposentado levou 36 anos para conseguir, pelo quinto constitucional, o lugar conquistado legitimamente por concurso em 1964 e não tem dúvida ao afirmar que se realizou nos cinco anos na Magistratura. Não queria parar tão cedo

“Nossa fidelidade de hoje aos princípios basilares da Democracia é a mesma que sempre existiu à sombra das Arcadas: fidelidade indefectível e operante, que escreveu as Páginas da Liberdade, na História do Brasil”.

O texto acima é um trecho da memorável *Carta aos Brasileiros*, redigida em sua maior parte pelo jurista Goffredo Telles Junior e lida por ele na noite do dia 08 de agosto de 1977 no pátio externo da tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, que completava naquela data 150 anos de fundação ao lado das Faculdades de

Direito de Olinda, de Recife e do Brasil, no Rio de Janeiro. Foram signatários-lançadores do documento, uma ode à democracia e contra a ditadura militar, um sem número de ex-alunos das escolas pioneiras no ensino do direito no país, como Fábio Konder Comparato, Tércio Lins e Silva, Miguel Reale Júnior, Hélio Bicudo, André Franco Montoro, Dalmo Dallari e o então conselheiro da Associação dos Advogados José Carlos da Silva Arouca, na época com 42 anos.

Arouca se formou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1959. Natural de Ribeirão Preto, mudou-se para a capital paulista com o

objetivo de fazer o curso na tradicional instituição. Queria, como muitos jovens, mudar o mundo.

#### NO XI DE AGOSTO

Participou do movimento estudantil, foi Diretor Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto e, concluído os estudos na faculdade, mergulhou na advocacia trabalhista defendendo sindicatos de porte e bem atuantes, como o dos trabalhadores nas indústrias químicas, da construção civil, da alimentação, entre outros.

Em 1964, prestou o IV Concurso para ingresso na Magistratura do Tra-

balho. Aprovado em 5º lugar, só conseguiu entrar na carreira 36 anos depois, em 1999, por nomeação do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e, mesmo assim, tendo por base o quinto constitucional com indicação da OAB. No Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2), atuou como Desembargador na Seção de Dissídios Coletivos. Se aposentou compulsoriamente em 2005, ao completar 70 anos de idade.

Entre os aprovados em 1963, 23 foram nomeados em atos apreciados e assinados pelos presidentes da República da época. O concurso perdeu a validade e nem mesmo uma decisão do Supremo Tribunal Federal, garantindo a nomeação de José Carlos Arouca para a Justiça do Trabalho, conseguiu reverter a perseguição ao advogado, que foi preterido pelos governos militares dos Marechais Castelo Branco e Costa e Silva e seus respectivos ministros da Justiça, Milton Campos e Gama e Silva.

“Que tempos foram estes que quiseram ocultar de nós? Dos estudantes de direito, dos novos advogados, da juventude que sai às ruas reclamando democracia e efetividade dos direitos sociais?”, desabafou o Desembargador Aposentado em depoimento prestado para a Comissão da Verdade da OAB de São Paulo, no dia 05 de agosto de 2013.

Sem a justa nomeação ao cargo para o qual foi selecionado em concurso público, Arouca se especializou mais e mais no embate jurídico em defesa de sindicatos e sindicalistas e se tornou um expert na área. Também no depoimento à Comissão da Verdade, ele contou que nos dois primeiros anos da ditadura de 1964, o Ministério do Trabalho, comandado por Arnaldo Sussekind, fechou o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), interveio em 760 sindicatos, em 43 federações e em três confederações. O país chegou ao final de 1979, afirmou o Desembargador Aposentado, com a marca de 1.565 intervenções em sindicatos, sendo que todos os dirigentes do CGT tiveram seus direitos políticos suspensos por dez anos.

#### A PRISÃO NO DOPS

Um mês depois do golpe militar, Arouca foi preso na porta da antiga sede do TRT-2 na rua Rego de Freitas,

no centro de São Paulo. Levado para o DOPS (Departamento de Ordem Policial e Social de São Paulo) foi interrogado pelo “dr. Paulo”, como era conhecido o delegado José Paulo Bonchristiano. “Ao contrário de muitos, não sofri tortura física. Fui vítima de tortura psicológica”, contou o Desembargador ao Magistratura e Trabalho. “O grande receio quando se está numa situação como aquela é pensar na família”, explicou. “‘Vamos revistar a sua casa’, repetiam quando não tinham mais o que perguntar”, relembra o Magistrado. Ele permaneceu na prisão por mais ou menos uma semana.

“No final da ditadura, como desculpa ou consolação, veio a anistia recíproca, quer dizer, perdão para os responsáveis por 21 anos de desmandos de toda sorte, para os torturadores inclusive”, ressaltou Arouca no depoimento à Comissão da Verdade da OAB.

#### ROMANCE E CONTOS

Apesar de ter vivido um período tão tenebroso e em meio a riscos extremos, aos 85 anos, completados em agosto passado, José Carlos Arouca não perde o bom-humor nem a clareza nas ideias. Deu a entrevista para o Magistratura e Trabalho via WhatsApp, na modalidade vídeo, seguindo as instruções da jornalista com a qual conversou. Apresentou-se de terno e gravata e estava animado com o contato, afinal, por insistência dos filhos, tem ficado em isolamento social. Nada de sair de casa. O que não tem sido fácil, já que antes da pandemia estava acostumado a sair

“Que tempos foram estes que quiseram ocultar de nós? Dos estudantes de direito, dos novos advogados, da juventude que sai às ruas reclamando democracia e efetividade dos direitos sociais?”

TRECHO DO DEPOIMENTO DE AROUCA À COMISSÃO DA VERDADE DA OAB, EM 2013

bastante. Continua a fazer consultoria a sindicatos e entidades de classe, além de escrever livros. “Romances e contos. Já escrevi muitos livros técnicos e ando muito revoltado com o que estão fazendo com o direito do Trabalho”.

Se não fosse a perseguição política sofrida durante o regime militar, que bloqueou seu acesso à Justiça do Trabalho no cargo de Juiz, Arouca teria se aposentado em 2005 com cerca de 40 anos de atividade no TRT-2. A nomeação pelo quinto constitucional restabeleceu em parte a justiça.

O nome de José Carlos da Silva Arouca constava de lista tríplice da OAB apresentada ao então presidente Fernando Henrique em setembro de 1999 com aval de três ministros do governo, todos da chamada “família” das Arcadas da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco: Aloysio Nunes Ferreira, ministro-chefe da Secretaria da Presidência da República, José Carlos Dias, ministro da Justiça, e José Gregori, secretário de Direitos Humanos. Arouca tomou posse no dia 10 de abril de 2000.

#### ENFIM, JUIZ DO TRABALHO

“Foram cinco anos muito gratificantes. Me realizei. Valeu à pena!”, definiu sem titubear ao ser questionado sobre o curto espaço de tempo que atuou de fato como Juiz. “Fui para a Turma de Dissídios Individuais, depois para a Sessão de Dissídios Coletivos, algo que conheço muito bem”, explicou. “Pena que quando eu fiz 70 anos, me mandaram para casa, sem justa causa, sem aviso-prévio”, brincou ao falar da compulsória. “Eu queria ficar mais tempo, mas não pude”, disse.

Após cumprir a quarentena prevista na legislação, Arouca voltou a advogar para sindicatos e federações. Prefere não falar da reforma trabalhista de 2017 e do impacto das mudanças no mundo do trabalho. “Só de pensar, eu fico com muita raiva”, diz. “Emudeceram os sindicatos e o trabalhador está coagido a não reclamar mais por seus direitos na Justiça”, defendeu. A conversa teve um breve silêncio e dr. Arouca mudou de assunto: “tenho que agradecer à minha família. Eles me fazem feliz”, concluiu o pai de três filhos e três netos.

# CONVÊNIOS

## FOCO NA SAÚDE FÍSICA E MENTAL

Com a retomada da atividade presencial, vale experimentar e aproveitar os descontos de especialidades e serviços que cuidam do corpo e mente dos Associados e seus familiares



### ÉRICA PANZANI FISIOTERAPIA E PSICOLOGIA

Descontos de 15% (uma sessão por semana), 20% (duas sessões) e 25% (três sessões) para Associados e dependentes. Telefones para agendamento: (11) 2495.2292

### ANA PESSUTO NATUROLOGIA

Desconto de 15% nas sessões com a naturóloga Ana Pessuto. Consultório em Higienópolis com estacionamento no local. Telefones para agendamento: (11) 3258.7082 ou (11) 97320.8776

### NUTRIÇÃO ESPORTIVA DURO MARGHATO

Pelo convênio, a nutricionista oferece 10% de desconto nas consultas e acompanhamentos nutricionais aos Associados. Endereço: Rua Sales Junior, 642, Alto da Lapa – Clínica Villa Vita – Telefone: (11) 3832.1062

### RB NUTRI – NUTRIÇÃO ESPORTIVA

Pelo convênio, serão concedidos aos Associados e dependentes 30% de desconto sobre o valor da consulta e procedimentos. Endereço: Avenida Angélica, 321 – conjunto 151, Santa Cecília - São Paulo. Para agendar um horário, ligue (15) 98170-3512

### CLÍNICA ANIMUS

Descontos de 20% nos serviços de psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia, nutrição, quiropraxia, acupuntura, reflexologia e drenagem linfática. Mais informações, pelo telefone (11) 3768.3969 ou pelo e-mail: contato@clinicaanimus.com.br



### MED HEALTH

Especializada em transferências inter-hospitalares e atendimento pré-hospitalar, a empresa oferece aos Associados e dependentes 10% de desconto sobre os valores constantes em tabela. A partir do segundo mês de atendimento, o desconto será de 15%. Central de atendimento 24 horas pelo telefone (11) 3354.9218 ou 2155.0427

### MIAP FARMACÊUTICA

Descontos de 20% nas consultas farmacêuticas on-line, para o tratamento de doenças agudas ou crônicas (pacientes não-pediátricos). O valor final para Associados da AMATRA-2 será de R\$ 100,00. Mais informações, pelo telefone (11) 94245.0111 ou pelo email: contato@miapfarma.com.br

### MARCELLA LEDO DERMATOLOGIA

Desconto de 10% em consultas e procedimentos para Associados e familiares nas unidades de Jundiá e no bairro do Itaim Bibi. www.marcellaledo.com.br



### ABAS 15 – PLANO DE SAÚDE POR AUTOGESTÃO

A AMATRA-2 e a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS JUÍZES DO TRABALHO - 15ª REGIÃO celebraram parceria por meio da qual será concedida isenção total de carência para qualquer tipo de serviço ou procedimento médico aos Associados e dependentes que se associarem à conveniada até 31/12/2020.

A ABAS 15 é uma entidade associativa, sem fins lucrativos, criada para administrar planos de saúde pela modalidade de autogestão, exclusivamente direcionados aos integrantes do Poder Judiciário Trabalhista. Mais informações pelo telefone: (19) 3733.5060 ou pelo e-mail: falecom@abas15.org.br

PARA OUTROS CONVÊNIOS E MAIS INFORMAÇÕES, ACESSE [WWW.AMATRA2.ORG.BR](http://WWW.AMATRA2.ORG.BR)